

Ulysses e Cabral analisam supressivas e rejeitam 30

Da Sucursal de Brasília

O presidente do Congresso constituinte, deputado Ulysses Guimarães (PMDB-SP), 71, decidiu eliminar todas as sugestões apresentadas em uma mesma emenda e que digam respeito a mais de um artigo do texto constitucional. "As normas foram bem claras: para cada artigo uma emenda", disse. Depois de analisar com o relator Bernardo Cabral (PMDB-AM) 1.026 das 1.844 emendas registradas Ulysses eliminou 30 sugestões, segundo Cabral, por se tratarem de emendas aditivas ao texto (para o segundo turno só são permitidas emendas supressivas). Nos casos de emendas que tratavam de mais de um artigo, Ulysses decidiu levar em consideração apenas a primeira tema.

O deputado falou sobre a primeira avaliação das emendas na sede do Serviço de Processamento de Dados do Senado (Prodasen), em Brasília. Na primeira triagem, ele constatou que o artigo que recebeu mais propostas de emenda foi o que trata da aposentadoria dos professores (28 emendas). "A expectativa, ao contrário, era de que recaíssem mais emendas sobre temas polêmicos", comentou. O processo de triagem

estabelecido entre o presidente e o relator estabelece que Cabral só emitirá parecer sobre as emendas que Ulysses considera dentro das normas. Os temas que mais receberam emendas foram, além da aposentadoria para professores, a estabilidade aos cinco anos para funcionários públicos (19 emendas), inelegibilidade de parentes de prefeitos (16), licença-paternidade (13), jornada máxima de seis horas para trabalho ininterrupto (dez) e direito de greve (nove).

Ulysses descartou a possibilidade de levar em conta as sugestões do governo e que não foram registradas até meia-noite de segunda-feira sob a forma de emendas. "Lamento, mas avisei antes, há muito tempo (sobre os prazos e normas de apresentação de emendas) e não posso aceitar o que for contra as normas", disse.

O líder do governo na Câmara, Carlos Sant'Anna (PMDB-BA), contava com a possibilidade de "mandar bilhetinhos ao relator" ou fazer "um requerimento à Mesa", para que o Congresso constituinte pudesse apreciar as sugestões do governo para correção de redação, omissão e de técnica legislativa. Segundo Ulysses, estas sugestões tinham que ser protocoladas como emendas, com a assinatura de um parlamentar. O governo não conseguiu assinaturas suficientes e desistiu de registrá-las.

Luiz Novais



O relator Bernardo Cabral (esq.) e Ulysses Guimarães analisam as emendas para o segundo turno, na sede do Prodasen

Planalto faz projetos para as leis ordinárias

Da Sucursal de Brasília

O porta-voz do Palácio do Planalto, Carlos Henrique Santos, disse ontem que os ministérios estão preparando mais de cem projetos de lei para complementar a nova Constituição. Segundo ele, a intenção do governo é enviar estes projetos ao Congresso Nacional imediatamente após a promulgação da Constituição, para evitar que haja um intervalo em que dezenas de dispositivos fiquem sem regulamentação.

Carlos Henrique disse que o governo está cuidando de "todos os assuntos que digam respeito ao Executivo". Ele admitiu que o Planalto está se antecipando para ocupar um espaço político, obtendo mais chances de que seus interesses prevaleçam. O porta-voz citou como exemplo a reforma agrária, que não está detalhada no texto constitucional e precisa de lei ordinária.

O presidente José Sarney reúne-se hoje, às 11h30, no Palácio da Alvorada, com o ministro-chefe do Gabinete Civil, Ronaldo Costa Couto, e as lideranças governistas para avaliar o encaminhamento dos assuntos de interesse do governo no segundo turno do Congresso constituinte.

Jobim reafirma apoio ao fim dos 12% Governo não obtém apoio a emendas

Da Sucursal de Brasília

O líder do PMDB no Congresso constituinte, deputado Nelson Jobim, 42, (RS) reafirmou ontem a disposição do partido de apoiar o fim do tabelamento dos juros em 12% ao ano e da reserva de mercado para empresas brasileiras de capital nacional nas compras do governo. Ele disse que não vê problemas na redação da emenda do deputado Luiz Roberto Ponte (PMDB-RS), suprimindo os 12%, e que está

disposto a um acordo que remeta para a lei ordinária a regulamentação das compras do governo.

A emenda de Ponte ao parágrafo 3º do artigo 197 (tabelamento de juros) é bastante habilidosa. No texto de Cabral, o tabelamento está redigido da seguinte forma: "As taxas de juros reais, nelas incluídas comissões e quaisquer outras remunerações direta ou indiretamente referidas à concessão de crédito, não poderão ser superiores a 12% ao ano, sendo a cobrança acima deste limite

considerada crime de usura, punido, em todas as suas modalidades, nos termos da lei".

A idéia-base foi a supressão do trecho "não poderão ser superiores a 12% ao ano", mas dessa forma a oração ficaria sem verbo. O "ovo-de-colombo" na emenda de Ponte foi incluir a transformação do parágrafo 3º em item IX do artigo, cujo enunciado dispõe que o sistema financeiro "será regulado em lei complementar que disporá, inclusive, sobre:", seguindo-se os itens.

Da Sucursal de Brasília

Aos quinze minutos da manhã de ontem, o líder do governo na Câmara, deputado Carlos Sant'Anna (PMDB-BA), 57, deixou seu gabinete sem ter conseguido terminar toda a missão que lhe fora confiada — encontrar patrocinadores para as emendas supressivas ao texto do relator Bernardo Cabral de interesse do governo. Sant'Anna não encontrou quem estivesse disposto a

assinar um requerimento propondo o fim do ensino público gratuito.

O objetivo era desobrigar o governo de financiar as universidades, mas a forma como está redigido o inciso IV do artigo 211 (prevendo a "gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais") faz com que para que o ensino em universidades seja pago, deixassem de ser gratuitos também os colégios públicos de primeiro e segundo graus.

Por falta de assinaturas, também sucumbiram outras duas propostas do governo. Uma queria eliminar o pagamento de um adicional sobre o salário de trabalhadores em funções "penosas". Outra tratava de modificar o seguro sobre acidentes de trabalho. Além dessas, outras propostas ficaram na mesa de Sant'Anna. Algumas porque não eram prioritárias. Outras, segundo o parlamentar, são "antipopulares demais". (Ricardo Amaral)

CNBB não consegue apresentar supressivas

Da Reportagem Local

Depois de ter mantido contatos formais e informais com cerca de 150 parlamentares de todos os partidos, durante mais de um ano, em torno de suas propostas constitucionais, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) perdeu a oportunidade de formalizar suas emendas supressivas para o segundo turno de votação da nova Constituição, por não ter conseguido parlamentares que apresentassem suas propostas de emendas supressivas, relativas à família, à reforma agrária e à questão indígena, entre outras.

O presidente da Comissão de Acompanhamento ao Congresso constituinte, da CNBB e bispo de Bauri (SP), d. Cândido Padin, manteve contatos, no último fim-

de-semaná, com os deputados federais Maurílio Ferreira Lima (PMDB-PE) e Victor Faccioni (PDS-RS), pedindo-lhes que apresentassem as emendas defendidas pela Igreja dentro do prazo regimental (encerrado à meia-noite de anteontem). No entanto, essas propostas não foram formalizadas pelos dois parlamentares.

O assessor de Ferreira Lima, Roberto Pio, disse ontem à Folha, em Brasília, que o deputado não entrou com as emendas propostas pela CNBB "porque elas foram encaminhadas de última hora". Já a assessora de Tiana Maria, afirmou que o parlamentar não apresentou "nenhuma" das emendas da Igreja "porque ele elegeu algumas bandeiras para defender na Constituinte e resolveu segui-las até o fim".

A Igreja quer, por exemplo, no art. 253 do texto constitucional, a supressão do parágrafo 2º — "Para efeito da proteção do Estado, é reconhecida a união estável entre homem e mulher como entidade familiar. A lei facilitará a sua conversão em casamento" —, por considerar que essa formulação prejudica "a dignidade do casamento em seus vínculos estáveis".

Outros pontos do interesse da Igreja tratam do planejamento familiar, das terras de aldeamentos indígenas extintos e da exclusão da reforma agrária da "propriedade produtiva". Nesse último ponto, a Igreja considera que "não é justo legalizar o privilégio de alguns, enquanto são negados os direitos da maioria a condições mais dignas de vida". (DA)

Centrão está sem 'maestro', afirma Ponte

Da Sucursal de Brasília

A falta de articulação entre os parlamentares que apoiam o governo no Congresso constituinte, além de impedir que algumas sugestões de emendas supressivas deixassem de ser registradas na secretaria, evidenciou a crise atravessada pelo Centrão, o bloco que sustentou, no primeiro turno, a aprovação de matérias de interesse dos governadores e do presidente José Sarney. "A orquestra está sem maestro", admitiu o deputado Luiz Roberto Ponte (PMDB-RS), 54, um dos coordenadores do Centrão.

Ponte estava ontem meditando em seu gabinete sobre a falta de organização na coleta de assinaturas para a apresentação de emendas. "Se o governo tinha uma centena de emendas a apresentar, bastava reu-

nir a assinatura de 25 parlamentares" (o limite foi de quatro emendas por cada um). "O que são 25 deputados para esse governo, meu Deus?", perguntou, numa alusão ao poder de mobilização que o governo mostrou na decisão sobre o regime de governo e sobre o mandato de Sarney.

A crise dos governistas passa pela desmobilização do Centrão, que está minado no PFL e no PMDB pela tentativa de afirmação das lideranças dos dois partidos. No PFL, o líder José Lourenço afirma que "o Centrão acabou". Na semana de apresentação de emendas para o segundo turno, Lourenço recolheu assinaturas de correligionários e elaborou sua própria lista de emendas sem consultar o governo.

No PMDB o Centrão está sendo

esvaziado pela articulação dos moderados do partido, dispostos a se agrupar em torno do presidente Ulysses Guimarães, isolando tanto a esquerda remanescente à debanda-rumada ao PSDB, quanto os parlamentares mais identificados com o Centrão. "Eu não quero nem saber desse pessoal de direita", afirma o deputado Marcos Lima, um dos ex-articuladores do Centrão.

Lima está convencido de que a maioria do PMDB quer, como ele, distância do estigma de direitista que marca o Centrão. "Tanto somos maioria que fizemos o Nelson Jobim (de centro-esquerda) líder do partido na Constituinte, com 176 assinaturas". O deputado calcula em "no máximo vinte" os remanescentes do Centrão na legenda. "Aquele pessoal está isolado", define.

Assessor de senador é preso sob a acusação de estupro

Da Sucursal de Brasília

Acusado de estuprar Z.M.S.M., 21, e A.M.A.R., 19, no interior do gabinete do senador Olavo Pires (PMDB-RO) no domingo, Ciro do Amaral Lopes Filho, 27, secretário do senador, continuava preso até ontem à noite. Z.M.S.M. disse à Folha que o estupro "aconteceu depois das 4 da tarde. Primeiro foi comigo e depois com minha amiga".

Ambas são domésticas na cidade-satélite do Guarará e, segundo relato das duas, estavam no Parque da Cidade, domingo à tarde, quando receberam convite para "fazer umas fotos" em troca de Cz\$ 5 mil. Z.M.S.M. afirma que "lá ele pediu para minha amiga esperar no carro, que o estúdio estava cheio". Lá, segundo ela, foi estuprada enquanto sua amiga aguardava no carro. Depois, Ciro a teria levado de volta

até a garagem do Senado, onde o carro estava estacionado.

De acordo com seu relato, enquanto Ciro mantinha relações sexuais com A.M.A.R., ela ficou dentro do carro esperando. Depois de consumados os estupros, foram socorridas pelo segurança Antônio dos Santos, que as levou à Delegacia da Mulher.

Desvio

Para a delegada Oneida de Fátima Freitas "houve, de fato, estupro, quando o rapaz deve ter tido um desvio".

A família de Ciro, estudante de direito do 3º ano, acusa as duas jovens. A mãe diz: "Ele é inocente. Seu erro foi se meter com gente baixa, empregadinha doméstica. Elas foram pelo dinheiro e, depois, como não ganharam nada, inventaram isto."